

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNI  
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0823804-42.2022.8.10.0000 Paciente: VALMIR  
PEREIRA NEVES Impetrantes: THAYS ESTHER DE SOUSA RIBEIRO (OAB/MA Nº  
19.775) E LEANDRO BARROS DE SOUSA (OAB/MA Nº 10.403) Impetrada: JUÍZA DE  
DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA Relator: DESEMBARGADOR  
GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERESTADUAL  
DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO  
IDÔNEA À LUZ DO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS.  
IRRELEVANTE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 11.343/06. NULIDADE  
RELATIVA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.  
ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I. Inviável a revogação da prisão preventiva,  
por suposta ausência dos requisitos legais, quando o decreto segregatório  
se encontra lastreado em particularidades do caso concreto e devidamente  
assentado no art. 312 do Código de Processo Penal. II. No caso em exame, a  
prisão preventiva foi imposta em razão da presença do fumus commissi  
delicti, demonstrando a necessidade de salvaguardar a ordem pública e  
evitar reiteração delitiva do paciente. Destacou-se, na origem, que foi  
apreendida uma vultosa quantidade de droga, que estaria sendo transportada  
do Estado de Mato Grosso para São Luís/MA, denotando a suposta prática de  
tráfico interestadual e evidenciando a existência de uma organização  
criminosa atuando com essa finalidade, o que reforça a gravidade em  
concreto da conduta. III. Acresça-se à necessidade de salvaguardar a ordem  
pública, o fato de que a manutenção do ergástulo cautelar, na situação  
concreta, decorre, ainda, da presença do requisito da conveniência da  
instrução criminal e da aplicação da lei penal, considerando que o  
paciente não possui domicílio neste Estado. IV. Consoante entendimento do  
Superior Tribunal de Justiça, a inobservância do rito procedimental  
previsto no art. 55 da Lei nº 11.343/2006, segundo o qual, apresenta-se a  
defesa preliminar em momento anterior ao recebimento da denúncia, ocasiona  
nulidade relativa, desde que demonstrados, concretamente, eventuais  
prejuízos daí decorrente, de sorte que não evidenciada essa circunstância  
afasta-se a alegação de constrangimento ilegal a necessitar de reproche  
pela via estreita do writ. (RHC n. 113.880/SP, relator Ministro Joel Ilan  
Paciornik, Quinta Turma, julgado em 26/5/2020, DJe de 10/6/2020.) V. O  
relato de predicados favoráveis, não têm, por si só, o condão de  
desconstituir a custódia antecipada, na hipótese em que presentes os  
pressupostos autorizadores do encarceramento. Precedentes. VI. Ordem  
conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos  
SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim 0823804-42.2022.8.10.0000,  
Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA  
CRIMINAL, DJe 19/12/2022)